

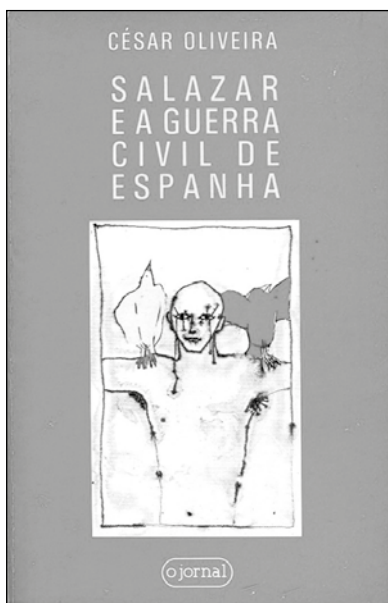
# O DRAMA DOS REFUGIADOS E DAS POPULAÇÕES RAIANAS<sup>(\*)</sup>

**Manuel Loff**

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*  
*mloff@letras.up.pt*

César Oliveira abriu uma linha de investigação que toca muito particularmente à memória colectiva das regiões portuguesas de fronteira, o afluxo de refugiados espanhóis a território português. Esta seria, já em 1987, «uma das questões mais frequentemente aludida nos [sic] escassos autores que têm tratado o papel de Portugal durante a Guerra Civil de Espanha», de resto porque havia sido objecto de uma «queixa contra Portugal apresentada no “Comité de Londres” pelo Governo republicano de Madrid», e que, efectivamente, havia sido tratada já, no plano diplomático, na investigação de Iva Delgado. Oliveira situa nos meses de guerra que decorrem ainda em 1936 o grosso deste fenómeno, indicando os «militares, membros de forças militarizadas (*Carabineros, Guardia Civil, Guardia de Asalto*) e civis republicanos» como a tipologia dos grupos que procuravam refúgio no nosso país. Já «a partir de Janeiro de 1937, o principal motivo de fuga para Portugal de espanhóis» era a fuga à «convocação e mobilização para o serviço militar» do lado dos franquistas «e a mobilização de algumas classes de reservistas». Todos os refugiados eram entregues à PVDE, «no caso de estarem indocumentados ou sobre eles recair qualquer suspeita de esquerdismo ou republicanismo[,] e foi, de resto, essa a atitude global que as autoridades adoptaram», atribuindo-se, assim, à polícia política um papel central na repressão da fuga de espanhóis às sanguinárias represálias que os franquistas perpetravam ao longo de todos os territórios espanhóis que findavam com Portugal; ou então, no caso dos refugiados cujo estatuto militar ou militarizado fosse detectado, «eram entregues à unidade militar mais próxima do local de captura ou da sua apresentação às autoridades portuguesas». «Um outro tipo de refugiados», recorda Oliveira, «era constituído por indivíduos afectos à sublevação franquista», beneficiando «facilmente [de documentação dos] consulados espanhóis afectos aos franquis-

tas», e «sobre os quais se faziam algumas investigações[;] caso se provasse a sua filiação “nacional”, eram deixados em liberdade e dadas facilidades para o seu trânsito para qualquer das zonas dominadas pelas zonas franquistas».



Oliveira calcula ter-se elevado a um mínimo de 1350 os «“refugiados vermelhos” cujo controlo exacto foi possível verificar», detidos todos nos Fortes de Caxias, S. Julião da Barra e da Graça (Elvas), na delegação da PVDE no Porto e num improvisado campo de concentração, na Herdade da Coitadinha, em Barrancos, no qual, «segundo informações provenientes do comandante militar de Beja, chegaram a estar concentrados 806 espanhóis». Um acordo com as autoridades republicanas, conseguido no momento em que Salazar rompia relações diplomáticas com o governo legítimo espanhol, permitiu que 1500 destes refugiados fossem transportados para Tarragona a bordo do navio *Niassa*. Em todo o caso, insistia Oliveira para justificar um cálculo de «um número muito superior aos 2000, podendo mesmo ter ultrapassado, substancialmente, os 3000», «muitos refugiados escaparam à detenção porque tinham ligações frequentes com cidadãos portugueses que residiam em localidades fronteiriças ou porque foram protegidos por espanhóis residentes em Portugal de simpatia republicana» (Oliveira, 1987: 155-56 e 157-59).

César Oliveira não terá conseguido recolher muitas informações sobre o destino dado àquela grande parte de refugiados que não se incluíram nos passageiros do *Niassa*. Fechado qualquer contacto oficial ou sequer oficioso com o Governo republicano espanhol, e estabelecidas relações absolutamente fluidas e solidárias com a Junta franquista de Salamanca/Burgos, desde o início de forma oficiosa, depois absolutamente oficial, seria sempre de esperar que as autoridades salazaristas optassem por entregar os fugitivos espanhóis às autoridades franquistas que controlavam desde um mês depois de iniciada a guerra todo o território que confinava com a fronteira portuguesa. É o que Oliveira consegue estabelecer «entre o início da chegada dos primeiros refugiados e o começo de Outubro de 1936», reconhecendo, contudo, ter-lhe sido «impossível controlar o número preciso destas entregas» (Oliveira, 1987: 158); é o que Iva Delgado documenta, regressando não só às denúncias do Governo republicano espanhol junto do *Comité de Não Intervenção* sobre a «constante ajuda» prestada pelo Governo português aos «rebeldes» franquistas, designadamente o facto de «[permitir,] contra todos os princípios do direito das gentes[,] a entrega aos facciosos [franquistas] dos refugiados políticos de Espanha que[,] fugindo à monstruosa matança de Badajoz e aos assassinatos perpetrados em massa noutras regiões da Estremadura e da Galiza[,] julgavam ter salvo as suas vidas atravessando a fronteira portuguesa» (MNE, 1964: docs. 371 e 372<sup>1</sup>, e aos «testemunhos de jornalistas franceses e americanos sobre a devolução de refugiados aos rebeldes espanhóis pelas autoridades portuguesas», mas também a documentação militar e política franquista, na qual se comprovam, em geral, «as boas relações existentes entre as autoridades nacionalistas e a polícia política portuguesa», e, em particular, a interferência directa de Franco junto do Governo português no sentido de este último entregar refugiados republicanos detidos em território português (cf. Delgado, 1978: 95-96); e é, por fim, o que Maria da Conceição Ribeiro refere, ainda que de fugida, ao analisar as relações entre a PVDE e a *Dirección General de Seguridad* espanhola, referindo que «o arquivo do Ministério do Interior [se mostra] igualmente rico em informações» sobre a «[recondução] sistemática e [sumária] à fronteira [dos] republicanos “indesejáveis” espanhóis que procuravam entrar em Portugal», «sobretudo», diz Ribeiro, «nos primeiros anos da Guerra Civil», mas prosse-

---

(1) Telegramas do Encarregado de Negócios em Alicante ao MNE, transcrevendo nota do Ministério de Estado espanhol (Governo republicano), 22.9.1936.

guindo após esta terminar, «intensificando, igualmente, a vigilância sobre os espanhóis residentes em Portugal» (Ribeiro, 1995: 175)<sup>2</sup>.

O Governo português e as próprias populações das regiões fronteiriças só não se terão confrontado com o fenómeno da procura de refúgio por parte de espanhóis a uma escala muito superior justamente porque Portugal terá sido rapidamente percebido pelos espanhóis que procuravam fugir às represálias franquistas, ou simplesmente ao estado de guerra, como um território de refúgio muito pouco seguro. Para um republicano espanhol, ou melhor, para um qualquer espanhol que percebesse poder ser suspeito aos olhos dessa ampla coligação franquista de falangistas de cabeça quente, militares e milicianos de vários uniformes, sacerdotes e grandes e médios proprietários aterrorizados com a perspectiva de uma revolução social que parecia concretizar-se de forma assustadora nas regiões que mais tempo permaneceriam sob domínio republicano, as forças de segurança portuguesa, e a PVDE em particular, apareciam como aliados particularmente leais dos mesmos que os eliminariam (como na maioria dos casos fariam) se os apanhassem em território espanhol sob domínio dos sediciosos. Alguns exemplos reveladores são apresentados por César Oliveira no seu livro de 1987. No fim de Setembro de 1936, «o comandante da secção da GNR de Amareleja [- concelho de Moura, distrito de Beja -] informava que junto da ribeira do Ardila se concentrou uma “coluna comunista constituída por 500-600 homens que, por ver impedida a sua entrada em Portugal, seguiu ao longo da fronteira para o Norte; uma outra coluna com numerosos civis e carabineiros (...) informou que resistiriam até ao último, não se entregando a Portugal por saber que depois fariam a sua entrega aos nacionalistas”». Outros relatórios oficiais da GNR reforçavam esta tese, em situações que se terão verificado «ao longo de toda a fronteira dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Bragança, Vila Real e Viana do Castelo. Na zona espanhola de Cedillo (província de Cáceres), fronteira com o distrito de Castelo Branco, no momento em que tropas franquistas avançavam sobre o município, ainda sob controlo republicano em Agosto de 1936, «um pelotão do Batalhão de Caçadores n.º 6 aquartelado» em Castelo Branco «ocupou uma posição junto à fronteira depois de informado por elementos nacionalistas [espanhóis,] (...) tendo (...) “muitas mulheres e crianças [preten-

---

(2) Campo de estudo por onde se adentrou o espanhol Manuel Burgos Madroño em «La Colonia Española en Portugal y la Guerra Civil (1936-1939)», in *Historia* 16, n.º 172 (Agosto 1990), Madrid, pp. 12-22.

dido] fugir para Portugal mas [desistido] desde que lhe disseram que ficariam detidas”». Por último, «GNR, GF [Guarda Fiscal] e polícia portuguesa» terão «coordenado «muitas “operações de limpeza”» com «as tropas nacionalistas e as milícias falangistas» contra «bolsas de resistência republicana na retaguarda das forças nacionalistas [espanholas], constituídas, na generalidade dos casos, por civis e carabineiros [sic] com alguns elementos da *Guardia de Asalto*». Tais operações «efectuaram-se, regularmente, de Setembro a Novembro de 1936 (...) com incidência particular nas escassas matas da região fronteiriça, nos vales de ribeiras e arroios, nalguns montes de mais difícil acesso», e «continuaram em 1937 e 1938 de uma forma episódica» (Oliveira, 1987: 160-61<sup>3</sup>).

O conflito espanhol teve, nestas condições, um impacto muito especial nas populações fronteiriças, as quais, inseridas num tecido social no qual os fenómenos mais intensos de mobilização política que se viviam nas zonas urbanas, viram-se, em alguns casos, confrontadas com a inevitabilidade de uma tomada de posição política que as tornaram vítimas da repressão salazarista a um nível que não terá paralelo algum, excepto no caso do Alentejo, em nenhum outro momento vivido sob a ditadura. Por aqui, por esta via de investigação que requer o levantamento de arquivos de dimensão local e de uma infinidade de fontes orais cuja memória terá sido permanentemente reprimida até ao 25 de Abril, ou até ao dia, muito posterior a este, em que algum investigador lhes tenha colocado uma questão cuja resposta seria omitida, evitada, durante toda a ditadura.

A raia alentejana (particularmente os concelhos portugueses da margem oriental do Guadiana) e transmontana (especialmente Montalegre, Chaves e Vinhais) foram as regiões fronteiriças que mais atraíram esta nova atenção de investigadores, reveladoramente jovens na generalidade dos casos, que se desviaram da muito mais visível investigação que pretendeu cobrir a política externa salazarista, lidando esta com documentação mais facilmente acessível nos grandes arquivos políticos portugueses, ou espanhóis, ou britânicos, e avançaram de gravador na mão para recolher os testemunhos de muitos idosos que, 60 e 70 anos depois dos acontecimentos, eram solicitados a descrever as suas memórias do fim da infância, do início da adolescência ou da primeira idade adulta, ou então aquelas que circulavam confidencialmente na família

---

(3) Oliveira cita, no primeiro caso, um relatório da GF de Amareleja, de 22.9.1936, e, no segundo, do Batalhão de Caçadores n.º 6, de 3.8.1936.

ou no grupo de vizinhos desde então. Quando um conjunto de alunas de «um curso de Património Cultural levado a efeito em Barrancos» no ano de 1994 se decidiram a «proceder a uma recolha dos testemunhos que ainda existiam da Guerra Civil de Espanha (...), foram eloquentes as perguntas-tipo postas às entrevistadoras durante a recolha: “Se eu falar, tiram-me a reforma?” “Se eu contar o que sei e se a guarda [nacional republicana] vier a saber vêm prender-me?” ou ainda “Não posso contar porque os filhos de muitos homens que andaram mal ainda hoje são vivos...”» (Ferreira, 1996: 40).

Em Barrancos, a memória recolhida em 1994 fixava ainda que «durante a guerra civil grande parte da população [do município fronteiriço espanhol] de Encinasola fugiu para Barrancos. Estavam escondidos em casas particulares e nos montes» (Ana Abade Comprido), ou «nas galerias das minas» (André Silva Segão). Alguns, como a octogenária Candelária, recordava-se de um tal Gabriel que «apareceu um dia, fugitivo de guerra, ferido, faminto, sujo e cheirando muito mal», a quem «esconderam num monte que havia ali perto e que estava abandonado, onde ficou durante muito tempo, partindo depois para Valência» e que, «alguns anos passados, depois da guerra acabar», regressaria à mesma casa para voltar a pedir refúgio. Outros, como a família de Alice Marques tinham acolhido «uma família [espanhola] nossa amiga (...) [que] se refugiou em nossa casa durante algum tempo até que os denunciaram». Todos sabiam, em qualquer caso, que «as pessoas que ajudavam os espanhóis “rojos” eram perseguidas pela PIDE» (António Charrama Lopes). Uma testemunha (Francisco Abade Ribeiro) contava como o seu próprio pai, emigrado no município espanhol de Aroche, fora preso, aparentemente em 1937, e que teria regressado dois anos depois: «Tinha sido levado para o cemitério com mais 29 pessoas para ser fuzilado. Já estava encostado à parede do cemitério com as mãos atadas, quando chegou um oficial que[,] vendo que na lista havia um português, perguntou quem era e mandou-o libertar». Alguns recordavam-se de «[fuzilamentos] logo ali, como aconteceu numa propriedade fronteiriça (Canto de Cima) onde mataram 3 pessoas na presença de portugueses» (António Charrama Lopes), ou de «pessoas ricas e influentes de Barrancos que denunciavam os espanhóis, ajudando a fazer batidas ao homem na herdade da Contenda» (Inácio Oliveira) (testemunhos transcritos in Ferreira, 1996).

Contudo, quando, cinco anos mais tarde, a Câmara Municipal de Barrancos organizou em conjunto com a de Aroche, do lado espanhol, um evento a que chamou vários especialistas, sobretudo no âmbito da História Local, eram

espanhóis aqueles que se tinham dedicado ao estudo das «miles de pequeñas historias, unas de mutua ayuda entre los dos estados fascistas, otras de apoyo solidario y de hermandad entre personas de distinta nacionalidad pero con vidas y problemas similares» (Espinosa, 2001: 19), regressando ao comportamento das autoridades salazaristas e franquistas perante vários casos particulares ocorridos durante a guerra na fronteira que se prolonga de Barrancos a Moura, do lado português, à solidariedade da «población barranqueña [que] se volcó con los marochos» (os habitantes de Encinasola), «y no solo con éstos se volcaron, [ya que] fueron numerosos los españoles de otros municipios cercanos como Aroche, Valencia del Mombuey, Oliva, Jerez de los Caballeros, etc., los que se vieron obligados a refugiarse en su término municipal (Mo-feidiña, Castillo de Noudar, etc.)» (Tapada, 2001: 13). Um dos investigadores espanhóis, Augusto Thassio, recordou como o poeta comunista Miguel Hernández, em Madrid no momento em que as forças republicanas se rendem, em Abril de 1939, teria tentado escapar incógnito à repressão franquista via Sevilha, atravessando a pé a fronteira portuguesa, sendo detido a 4 de Maio em Moura, tendo sido entregue «a la Guardia Civil de Rosal de la Frontera» pelos «guardinhas [sic] portugueses», os quais teriam «cobrado, según dicen, cinco pesetas a cambio, como recompensa» (Thassio, 2001: 51). Uma exceção portuguesa neste quadro de investigação com origem em Espanha foi o de Paulo Barriga que, pela mesma altura, via a autarquia barranquenha publicar-lhe um trabalho académico relativo ao envolvimento salazarista no conflito espanhol, e especialmente à forma como o concelho havia vivido este período<sup>4</sup>.

---

(4) Cf. Barriga, Paulo (1999), «Campos de Concentração - o envolvimento português na Guerra Civil de Espanha», monografia, Curso de Estudos Superiores Especializados em Jornalismo Internacional da Escola Superior de Jornalismo (Porto), que tive a oportunidade de arguir, publicado no mesmo ano pela CMB; e ainda Rego, Miguel, «A Guerra Civil de Espanha no concelho de Barrancos», in [www.parquenoudar.com](http://www.parquenoudar.com) [consultado a 8.10.2006]. Cf. ainda Franco, Alberto Cardoso, «Presos em nome de Franco», in *Público Magazine*, 5.2.1995, Lisboa, pp. 38-44; e duas teses de mestrado, inéditas, apresentadas poucos anos antes: Pires, João Carlos Salvador Urbano (1997), *A memória da guerra civil de Espanha no Baixo Alentejo*, Lisboa, ISCTE, e Candeias, Maria Fernanda Sande (1997), *O Alentejo e a guerra civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

O fim do século passado viu emergir do interesse da televisão pública portuguesa pela questão. Uma série documental produzida pela RTP para retratar o século XX português recuperava muito brevemente, mas pela primeira vez, uma parte da memória colectiva raiana, quer no Alentejo, sobretudo em Moura, quer em Trás-os-Montes, sobretudo em Chaves, relativa ao drama do acolhimento de refugiados, ao dilema que a repressão salazarista colocou a populações rurais, na maioria dos casos sem especial motivação política consciente, que optaram pela fidelidade a princípios de acolhimento e solidariedade com aqueles que fugiam da repressão franquista, enfrentando por isso mesmo, por sua vez, a repressão salazarista. O programa da autoria de Carlos Santos Pereira e sob a direcção científica de Fernando Rosas<sup>5</sup>, recolhia uma série de testemunhos vivos dos acontecimentos, não só do estrito período de 1936-39, mas também dos anos de pós-guerra que se lhe seguiram. Em 2000, a mesma RTP produziria a série ficcional *A raia dos medos*, dirigida por Jorge Paixão da Costa e com argumento, de qualidade francamente duvidosa, de Francisco Moita Flores.

Entretanto, em 1981, o então jovem investigador Jorge Alves, antes de se dedicar à História Económica e Demográfica contemporânea na Universidade do Porto, publicava uma investigação (cf. Alves, 1981) na qual se estudava o impacto da guerra espanhola na região do Barroso, fronteira com a província galega de Ourense. Na zona investigaria anos depois, em 1987-88, a jovem antropóloga Paula Godinho, deparando-se mais tarde, em revisitações e cursos livres em que participa nas universidades de Vigo e de Trás-os-Montes e Alto-Douro, com «relações só intuídas, factos à altura desvalorizados, vozes a que a subordinação social havia por longos anos retirado a credibilidade, discursos controversos e polémicos por provirem de grupos indelevelmente separados pela política, lugar social ou estatuto económico», numa investigação que tinha horizontes temáticos muito mais amplos que a revisitação da memória do conflito espanhol<sup>6</sup>. Naquele que designou como «um tempo de crise colectiva: 1936-1946», Godinho lembra que «ficar na Galiza [após o triunfo do golpe franquista em toda esta região] – a opção de muitos apoiantes

---

(5) «Salazar e o triunfo do Franquismo», in *Crónica do Século*, Lisboa, RTP, 1999.

(6) E de que, como obra central, produzirá (2005), *O leito e as margens. Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Lisboa, Colibri.

da legalidade republicana – significaria a curto prazo pagar esse apoio com a dureza da repressão, que eventualmente alastraria à família e elementos do círculo mais próximo de afinidades. Os antigos alcaides, a maioria dos dirigentes políticos, dos sindicalistas, dos professores, foram fuzilados sob a acusação de rebelião, ou levados para o *paseo* de que não retornariam». Para aqueles dentre todos estes que não se resignavam a deixar-se apanhar, «tornar-se um *fluxido* – eis a escolha que minimizava os riscos. Durante toda a Guerra Civil de Espanha, e principalmente ao longo do ano de 1936, militares, elementos das forças militarizadas e civis afectos aos republicanos procuraram refúgio do lado português», julgando ser este «um caminho de fuga do inferno», «aproveitando laços de uma rede social que se estende além dos limites politicamente convencionados de cada país, (...) que os torna activáveis em momentos bem determinados de necessidade imperiosa». Um dos aspectos centrais da investigação antropológica de Paula Godinho, o que ela avalia como sendo «a permeabilidade raiana», teria «[permitido] fixar residência em Portugal, ou constituía o trampolim para mais longínquos exílios, nomeadamente na América do Sul» (Godinho, 1996: 29-30), potencialidade que Francisco Espinosa apontava também para as motivações do refúgio espanhol em zona alentejana.

Um segmento social muito especial da sociedade raiana, os contrabandistas, são alvo de particular atenção por parte das autoridades que, de um lado e do outro da fronteira, pretendem transformá-la numa barreira intransponível para quem quisesse jogar com este elemento territorial artificial no sentido de iludir a perseguição. Jorge Alves repesca um aviso da Câmara Municipal de Braga na imprensa de Outubro de 1938, que advertia que «o Governo Nacionalista de Espanha, com o fim de reprimir o mais violentamente possível toda a tentativa de passagem na fronteira de contrabando, bem como de desertores e indesejáveis que andam a monte e pretendem internar-se em Portugal, acaba de expedir ordens severíssimas aos comandantes de carabineiros e seus subordinados no sentido de fazerem fogo a todo e qualquer indivíduo que tente atravessar a fronteira e não faça alto ao primeiro aviso» (cit. in Alves, 1981: 24-25).

Ao debruçar-se na recolha de um registo memorial tão sensível das populações de uma região em que a raia, a fronteira política, desempenha um papel tão central na definição de uma especial identidade social e cultural, Paula Godinho terá sido das primeiras a perceber que a preservação da memória

colectiva sobre a guerra de Espanha incluía neste fenómeno situações históricas que, para um observador externo, lhe deveriam ser estranhas. Muitas das vozes ouvidas, ao ser-lhes suscitada a memória sobre a guerra, referiam imediatamente, e referem hoje ainda, acontecimentos e personagens cuja relevância é posterior a 1939. Para estas, a guerra de Espanha não terminou em 1939 mas, pelo contrário, prosseguiu nas duas décadas que se seguiram através de uma guerrilha armada que permanece activa em várias zonas rurais do território espanhol, quer ainda enquanto a guerra decorria por detrás das linhas franquistas, quer sobretudo depois do seu final, e que constituiu, como com tantos jovens franceses, italianos, jugoslavos ou soviéticos sob ocupação alemã na II Guerra Mundial, uma das poucas vias de sobrevivência tragicamente disponíveis para aqueles antifranquistas que procuravam fugir à morte ou à detenção por períodos indeterminados. Ao revelar esta amálgama de memórias (Guerra Civil e guerrilha), a memória popular das zonas raianas conservou, afinal, uma perspectiva de interpretação da História que a própria historiografia, tendo que esperar a passagem de, pelo menos, 20 anos sobre o final do Franquismo, só viria a elaborar muito mais tarde. Quando se debruça especialmente sobre a memória muito viva que de guerrilheiros galegos havia no Barroso e no Alto Trás-os-Montes, Paula Godinho juntou-se, a partir de Portugal, a uma (então ainda muito pequena) corrente de investigadores espanhóis da escala local e regional que recuperou um dos fenómenos históricos aos quais se tinha dado durante décadas relevância nula na literatura especializada sobre o caso espanhol; a guerrilha antifranquista armada<sup>7</sup>, sociologicamente determinada pelo contexto rural, politicamente desorganizada e frequentemente desautorizada pelos directórios oposicionistas que despositavam todas as suas expectativas nas concentrações urbanas e industriais da Catalunha, do País Basco, de Madrid ou das Astúrias, a voluntarista guerrilha antifranquista resgatou muita da dignidade dos derrotados da guerra civil mas viu-se claramente preterida no esforço de construção da memória da resistência antifranquista.

---

(7) Sínteses muito úteis em Moreno Gómez, Francisco (2002), «Huidos, guerrilleros, resistentes. La oposición armada a la dictadura», in Casanova, Julián (coord.), *Morir, matar, sobrevivir. La violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona, Crítica, pp. 197-295, e Serrano, Secundino (2001), *Maquis. Historia de la guerrilla antifranquista*. 7.<sup>a</sup> ed. [1.<sup>a</sup>: 2001]. Madrid, Temas de Hoy.

O certo, contudo, é que tanto na Galiza, como na Estremadura e Andaluzia fronteiriças com Portugal, guerrilhas antifranquistas, especialmente de inspiração comunista, mantiveram-se activas, consoante os casos, até aos anos 1950. Em 1942, concretamente, constituíra-se a Federação de Guerrilhas de Galiza-Leão, como refere Godinho, cujos agrupamentos farão «frequentes incursões» em Portugal, «[granjeando] a aura de prestígio e de temor que edificará a alguns dos seus elementos um perfil que a memória mitificou» (Godinho, 1996: 31) – e este será o caso de Demetrio García Álvarez e de Juan Salgado Ribera (ou Rivero) que, «refugiados desde 1937 e com sólidas bases de apoio em Portugal», Godinho pretendeu resgatar no artigo que aqui cito publicado em 1996<sup>8</sup>. O segundo «era considerado um “homem de honra”»,

«reputação que lhe permitia conseguir abrigo, independentemente de ser considerado um malfeitor ou um “vermelho” por parte dos representantes do estado português ou pelas instâncias letradas que acediam aos jornais que relatavam acontecimentos, reais ou imputados, de que Juan fora o protagonista. A reputação que lhe é atribuída não se coaduna com a de um criminoso ou bandoleiro, ainda que o temor seja um sentimento que alguns associam à sua presença. É alguém que se tornou respeitado e temido pelo seu comportamento, e sobre ele se edificou o prestígio e a aura que ainda hoje perdura».

Mais de sete anos depois do final da Guerra de Espanha, em Dezembro de 1946, o grupo de guerrilheiros que Juan (assim só, pelo nome próprio, a personagem é designada na memória colectiva da região) lidera, «acossados, sem terem para onde caminhar nem sobretudo onde permanecer, acolhem-se em Cambedo da Raia, no concelho de Chaves», na sequência de uma perseguição cada vez mais feroz por parte das forças de repressão de um e outro Estados, as quais, tudo aponta para tal, terão procedido ao assalto de uma camioneta de passageiros que fazia o percurso Braga-Chaves, a 31 de Outubro anterior, acção imputada ao grupo para o desprestigiar perante a população, e «acontecimento desencadeante da vaga ofensiva das autoridades contra os guerrilheiros galegos». GNR de Alijó, Chaves, Mesão Frio, Poiares, Santa Marta de Penaguião, Pinhão Régua e Porto, juntamente com soldados de Caçado-

---

(8) E ampliado em Godinho, Paula (2004), «“Maquisards” ou “atracadores”? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, in AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da República, pp. 157-227.

res 10 (Chaves), «agentes da polícia» e carabineiros espanhóis, «montam um cerco à aldeia» que termina com a morte de Juan, o suicídio do seu camarada Bernardino García e a prisão de Demetrio García, entre os guerrilheiros, e de 63 outras pessoas, 18 da aldeia do Cambedo entre 55 portugueses (de vários concelhos transmontanos quase todos, um minhoto e um maiato), aos quais se somam ainda 8 galegos, todos de aldeias raianas. Demetrio passará «19 anos nas masmorras da PIDE», vários dos quais (a autora não esclarece, mas seguramente entre 1948 e 1951) no campo de concentração do Tarrafal, sendo libertado apenas em 1965 e exilando-se em França, «e nunca mais quis pisar território espanhol», tendo aí morrido em 1990 (cf. Godinho, 1996: 37, 39, 45, 40-41, 36).

O que terá mobilizado a atenção da antropóloga terão sido «as obrigações inerentes a alianças dentro da comunidade e com outras povoações dos arredores», que terão comprometido profundamente até mesmo «os agentes da Guarda Fiscal», quatro dos quais detidos e acusados pela polícia política, «[conduzindoos] a uma cumplicidade passiva, por não denunciarem a presença dos refugiados», a qual, necessariamente, «teria de ser punida exemplarmente». «[Interpretada a] longa permanência dos grupos de maquisards ao longo da fronteira galaico-portuguesa [devendo] ter em conta as características deste terreno e do campesinato em geral», Godinho é de opinião que «a ruralidade, com uma relação específica com a terra que radica no seu usufruto, remete para uma relação de compromisso com a sociedade em que está encapsulada». «A paroquialização» de alguns dos membros da «elite local»,

«com uma excessiva proximidade aos camponeses, fá-los pender num dos sentidos do continuum rural-urbano. É o que se passa nomeadamente com os agentes em quem o Estado delegou funções de vigilância e exercício da autoridade. Os elementos da Guarda-Fiscal que, no Cambedo como nas outras povoações da raia, resolvem sobrepor o apelo local aos códigos de parentesco, vizinhança e amizade à fidelidade a um centro distante, serão severamente punidos. Mas, se o não tivessem feito, o isolamento a que seriam remetidos em termos locais, atendendo à inserção numa teia social, inviabilizar-lhes-ia a sobrevivência» (Godinho, 1996: 38, 42).<sup>9</sup>

---

(9) Uma curta reportagem de Jorge Araújo («Refugiados. Os bravos também fogem», in *Já*, 30.5.1996, Lisboa, p. 32) recolhia a memória de um padre Baptista, descrito como «salazarista», que teria ajudado a escapar refugiados galegos na aldeia de Vila da Ponte (concelho de Montalegre).

As restantes zonas raianas portuguesas, se tomarmos em consideração as recolhas de memória publicadas e divulgadas, fixaram muito menos memória colectiva da Guerra de Espanha que o Alentejo ou Trás-os-Montes. No Alto Minho, contudo, muita gente seguramente se recordará ainda do reforço da presença dos agentes da polícia política nos meses que medeiam entre a vitória da Frente Popular (em Fevereiro de 1936) e o início do levantamento militar franquista (em Julho), «íntimos dos espanhóis refugiados», ultra-conservadores que fugiam às transformações sociais que se desencadeavam no país vizinho. Iniciada a guerra, o território galego, ao contrário do extremenho, cai muito rapidamente em mãos franquistas. Para quem habitava Moledo, como Ilídio Rocha (um documentalista colaborador habitual da revista *História*, com 11 anos feitos em 1936 e que viveria uma grande parte da sua vida em Moçambique), «[começava] o grande espectáculo» que se podia assistir a partir da praia do Cabedelo, à saída de Caminha, em frente à «praia na base do monte de Santa Tecla», do outro lado da foz do rio Minho:

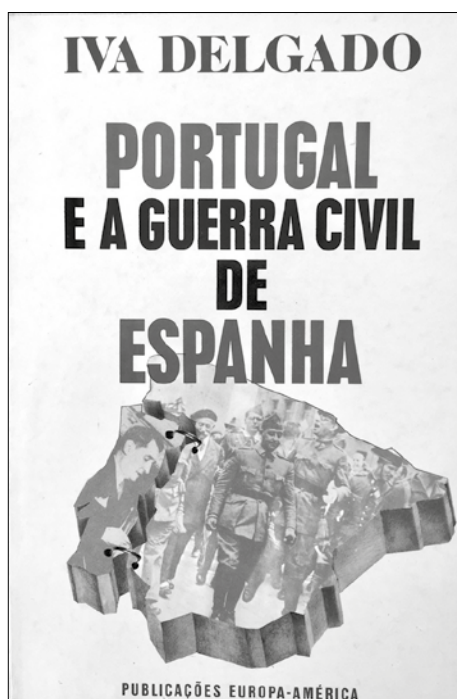
«uma fila de homens descalços descia à praia, uma dúzia de soldados atrás; durante uma boa meia hora abriram uma vala na areia; depois, bem, depois, os que vinham descalços foram lançados para dentro da vala com uma rajada de metralhadora. Junto de mim, uma voz rouca, já nem sei se de homem ou de mulher, aumentava-nos o terror de crianças desprevenidas: “Alguns vão ser enterrados ainda vivos, os desgraçados”. Do outro lado da foz do rio, os soldados deitavam areia para a vala. O espectáculo repetir-se-ia muitos dias, uns cinquenta mortos de cada vez. Era a limpeza dos “rojos”. A hora da pequena vingança, da cobardia. O vizinho que se torna denunciante por terror. (...) O médico que servira o colégio dos Jesuítas de La Guardia, atendedor de pobres sem lhes levar dinheiro (...), virou por isso mesmo “rojo”. Não o fuzilaram. Prenderam-no à cauda de uma égua, pelos pés, e arrastaram-no pelas pedras da foz do Minho até morrer despedaçado. Os Jesuítas haviam-se passado com colégio, tempo e cautela para Santo Tirso» (Rocha, 1984: 52-53).

Também aqui, no Alto Minho raiano, «PVDE e GNR davam caça nos montes aos fugitivos galegos. E entregavam-nos às tropas de Franco na ponte internacional de Valença. (...) Estou ainda a ver e a ouvir as mulheres de Valença, trapicheiras<sup>10</sup> desgrenhadas, a gritar de impotência, roucas, sem lágrimas:

---

(10) Regionalismo minhoto, seguramente de origem castelhana (de «trapicheo»), designando pessoas pouco honestas, neste caso seguramente ligadas ao contrabando.

“Não entreguem os desgraçados! Não façam uma coisa dessas, homens de Deus! Eles vão matá-los!” Entregavam mesmo. E ainda em cima da ponte, “En frente Usted!” [sic] e a descarga seca, a dar razão às mulheres que a Guarda Republicana empurrava agora para a vila» (Rocha, 1984: 53).



## BIBLIOGRAFIA

Alexandre, Valentim (2006), *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote.

Alves, Jorge Fernandes (1981), *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*, Montalegre, Câmara Municipal de Montalegre.

C.L.N.R.F. (org.) (1987), *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

Costa, Santos (1964), «Preâmbulo», in Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, pp. vii-xix.

Cunningham, Valentine (ed.) (1980), *Spanish Civil War Verse*, Harmondsworth: Penguin Books. Delgado, Iva (1980), «Guerra de Espanha: aspectos político-jurídicos», in *História*, n.º 15, 1980,

Lisboa, pp. 44-60.

Delgado, Iva [1980a]. *Portugal e a guerra civil de Espanha*, s.l., Europa-América.

Espinosa Maestre, Francisco [2001], «Historias fronterizas del 36», in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, pp. 18-23.

Ferreira, F.E. Rodrigues (1996), «Os barranquinhos e a memória da Guerra Civil. “Os fugitivos eram entregues aos soldados de Franco, que os matavam...”», in *História*, n.º 20, 1996, Nova Série, Lisboa, pp. 40-51. [Reeditado como [2002], *Guerra Civil de Espanha na memória de Barrancos*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência.]

Ferreira, José Medeiros (1989), *Um século de problemas. As relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte.

Gaspar, Carlos (1999), «Espanha, relações com a», in Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Suplemento A/E), Porto, Figueirinhas, pp. 648-57.

Godinho, Paula (1996), «O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia», in *História*, n.º 27, 1996, 2.ª Série, Lisboa, pp. 28-45.

Gomes, Varela (1987), *Guerra de Espanha. Acheegas ao redor da participação portuguesa*, Lisboa, Cadernos Versus [reeditado em 2006 em Lisboa, Fim de Século].

Loff, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha*, Porto, Campo das Letras.

Lucena, António (2000), «Salazar, António de Oliveira», in Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX (Suplemento P/Z), Porto, Figueirinhas, pp. 283-368 e 380-90.

M.N.E. [Ministério dos Negócios Estrangeiros] (1964), *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

Namorado, Joaquim (org. e introdução) (1987), *A Guerra Civil de Espanha na poesia portuguesa. Antologia*, Coimbra, Centelha.

Nogueira, Franco (1986), *Salazar*, vol. III [«As grandes crises (1936-1945)»], 3.<sup>a</sup> ed. (1.<sup>a</sup> ed., 1978), Porto, Liv. Civilização Editora.

Oliveira, César [1985]. *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

Oliveira, César (1986), «Portugal e a Guerra Civil de Espanha», in Tamames, Ramón (dir.), *A Guerra Civil de Espanha 50 anos depois*, trad. port., Lisboa, Edições Salamandra, pp. 71-88.

Oliveira, César (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

Oliveira, César (1987a), «A sobrevivência das ditaduras e a neutralidade peninsular na Segunda Guerra Mundial», in AA.VV., *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, 1.<sup>o</sup> vol., Lisboa, Fragmentos, pp. 357-65.

Oliveira, César (1989), «Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932-1968», in Rosas, Fernando, Brito, José Maria Brandão de (org.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 73-99.

Oliveira, César (1989a), «O Pacto Ibérico foi assinado há 50 anos. Relações luso-espanholas entre 1936 e 1939», in *História*, n.<sup>o</sup> 116, 1989, Lisboa, pp. 34-47.

Oliveira, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, Edições Cosmos.

Ribeiro, Maria da Conceição (1995), *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

Rosas, Fernando [1988], *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*, Lisboa, Fragmentos.

Salazar, Oliveira (1943), *Discursos e notas políticas*, vol. III (1938-1943), Coimbra, Coimbra Editora.

Sena, Jorge de (1995), *Sinais de Fogo*, 6.<sup>a</sup> ed., Porto, Asa.

Serrão, Joaquim Veríssimo [2000], *História de Portugal*, vol. XIV [«Da 1.<sup>a</sup> legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)»], s.l., Verbo.

Tamames, Ramón (1986), «Prólogo», in Tamames, Ramón (dir.), *A Guerra Civil de Espanha 50 anos depois*, trad. port., Lisboa, Edições Salamandra, pp. 5-8.

Tapada Pérez, Manuel [2001], «Barrancos, Encinasola (unidos por uma sola guerra)», in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, pp. 12-17.

Tchen, Adelaide Ginga [1996], in AA.VV. (1996), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 104-16.

Telo, António [1987], *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

Thassio, Antonio [2001], «Miguel Hernández, prisionero en Portugal y Rosal de la Frontera», in Rego, Miguel (coord.), *A guerra civil de Espanha na raia portuguesa*. Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, pp. 49-55.

(\*)Manuel Loff, « A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa », (Capítulo 6 y Bibliografía). *Ler História*, 51 | 2006, 77-131

#### **Referência do documento impresso**

Manuel Loff, « A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa », *Ler História*, 51 | 2006, 77-131.

#### **Referência eletrônica**

Manuel Loff, « A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa », *Ler História* [Online], 51 | 2006, posto online no dia 25 março 2017. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2593> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.2593

<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2593>